

2^o CICS

CONGRESSO
INTERNACIONAL
CIÊNCIA E SOCIEDADE

Educação e Pesquisa como
caminho para pacificação global

TRABALHOS
PREMIADOS
2025



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO





TRABALHOS PREMIADOS 2025





CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS - NPA

Supervisão Editorial: Ana Kelma Cunha Gallas
Diagramação: Edson Rodrigues Cavalcante
Design Gráfico e artes: Ana Kelma Cunha Gallas
Capa: Odrânio Rocha
TI OMP Books: Eliezyo Silva



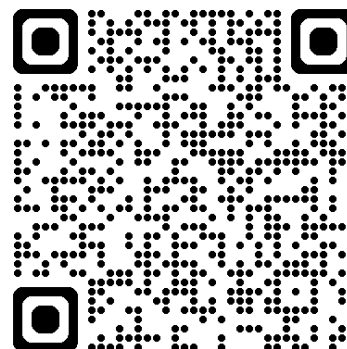
LESTU EDITORA, CONSULTORIA E
COMUNICAÇÃO LTDA
Contato: editora@lestu.org
Site: www.lestu.com.br
Livraria: www.lestu.org

Este título possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives* 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0).

A íntegra dessa licença pode ser acessada:
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt>

© 2025 UNIFSA/LESTU

Todos os capítulos deste livro foram submetidos, aprovados e apresentados no 2º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, realizado pelo Centro Universitário Santo Agostinho de 4 a 8 de novembro de 2025, sendo selecionados como os melhores trabalhos apresentados em Grupos Temáticos do evento.



FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T279 GALLAS, Ana Kelma Cunha; GOMES, Alisson Dias; CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; LIRA E SILVA, Antonieta; OLIVEIRA, Edjôfre Coelho de; SILVA, Indira Maria de Melo Lira Pereira da (ORGs.).

Trabalhos premiados no 2º Congresso Internacional Ciência e Sociedade: Educação e Pesquisa como caminho para a pacificação global. Teresina: Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA); Editora Lestu, 2025.

432 p. *online*.

ISBN: 978-65-85729-14-7

DOI: doi.org/10.51205/lestu.978-65-85729-14-7

Disponível em: <https://lestu.org/books/>

1. Congresso Internacional Ciência e Sociedade. 2. Pesquisa. 3. Inovação. 4. Sustentabilidade. 5. Ciência e Sociedade. I. Autores. IV. Congresso Internacional Ciência e Sociedade (2. : 2025 : Teresina, PI).

CDD: 370

11

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) PUBLICADA EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO (2004-2020)¹

INSTITUTIONAL SELF-ASSESSMENT: THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE ABOUT THE INSTITUTION'S OWN EVALUATION COMMITTEE (CPA) PUBLISHED IN SCIENTIFIC JOURNALS IN THE FIELD OF EDUCATION (2004-2020)

Regilson Maciel Borges - UFLA²

¹ Trabalho apresentado no GT 18 AUTOAVALIAÇÃO NO SINAES: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E USO DOS DADOS do 2º Congresso Internacional Ciência e Sociedade (2º CICS 2025), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 04 a 08 de novembro de 2025, em Teresina-PI.

² Doutor em Educação (UFSCar) com Pós-Doutorado (UEPG). Professor da Universidade Federal de Lavras - UFLA. E-mail: regilson.borges@ufla.br

RESUMO

O presente trabalho apresenta resultado de pesquisa que analisou a produção de conhecimento sobre Comissão Própria de Avaliação (CPA) publicada em periódicos científicos da área da educação. O referencial teórico se fundamenta na produção de renomados autores que tratam da avaliação institucional da educação superior, como José Dias Sobrinho, Newton Cesar Balzan, Denise Leite, Maria do Carmo de Lacerda Peixoto, dentre outros. Metodologicamente foi produzida uma pesquisa de cunho bibliográfico, realizada nas bases de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e no Portal Educ@ publicações online de educação da Fundação Carlos Chagas, sendo considerados como descritores de busca as palavras: CPA, Comissão Própria de Avaliação, e Autoavaliação Superior e Institucional. Na pesquisa foram encontrados 41 artigos no SciELO e 41 no Portal Educ@, dos quais selecionamos 13 artigos que tratavam especificamente do tema de interesse dessa pesquisa. Os dados obtidos mostram que a maioria das publicações sobre o tema em foco se concentraram na Revista Avaliação, sendo seus autores diversos e igualmente suas instituições de origem. Os trabalhos sobre Comissão Própria de Avaliação revelam que esta desempenha o papel de coordenar, planejar e articular o processo interno de avaliação das IES. Ainda mais, os estudos salientam que essas comissões são cruciais para o desenvolvimento de propostas de autoavaliações que contam com a participação de toda a comunidade acadêmica, com o intuito de definir estratégias avaliativas que contribuem para o maior aprimoramento da qualidade do ensino de forma organizada e plural.

Palavras-Chave: Educação Superior. Autoavaliação Institucional. Produção de conhecimento. CPA.

ABSTRACT

This paper presents the results of a study that analyzed the body of knowledge about Self-Assessment Committees (SACs) published in scientific journals in the field of education. The theoretical framework is based on the work of renowned authors who address institutional assessment in higher education, such as José Dias Sobrinho, Newton Cesar Balzan, Denise Leite, Maria do Carmo de Lacerda Peixoto, among others. Methodologically, a bibliographic search was conducted in the Scientific Electronic Library Online (SciELO) databases and the Educ@ Portal, an online education publications of the Carlos Chagas Foundation, using the following search descriptors: SAC, Self-Assessment Committee, and Higher and Institutional Self-Assessment. The search retrieved 41 articles in SciELO and 41 in the Educ@ Portal, of which we selected 13 articles that specifically addressed the topic of interest in this research. The data obtained show that most publications on the topic in question were published in the Revista Avaliação (Assessment Journal), with diverse authors and institutions of origin. Studies on the Self-Assessment Committee reveal that it plays a role in coordinating, planning, and articulating the internal assessment process of HEIs. Furthermore, the studies highlight that these committees are crucial for developing self-assessment proposals that involve the participation of the entire academic community, with the aim of defining assessment strategies that contribute to further improving teaching quality in an organized and diverse manner.

Keywords: Higher Education. Institutional Self-Assessment. Knowledge Production. CPA.

INTRODUÇÃO

A avaliação institucional da educação superior brasileira adquiriu um caráter mais sistemático e contínuo a partir dos anos 1990, com iniciativas como a do Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira (PAIUB), de 1993 a 1995, e do Exame Nacional de Cursos (ENC/Provão), de 1995 a 2003. Segundo Leite (2005, p. 23), o PAIUB foi “o primeiro contato das IES nacionais com um procedimento institucional nacional de avaliação”: o programa estabelecia três fases centrais para o processo a ser desenvolvido em cada Universidade, a avaliação interna, a avaliação externa e a reavaliação. O ENC/Provão, de acordo com Dias Sobrinho (2010, p. 203) foi “gradualmente efetivado como o instrumento central da avaliação da Educação Superior brasileira a partir de 1996, vigorando até 2003”: foi um exame de amplitude nacional, que era aplicado a estudantes concluintes de áreas pré-selecionadas pelo Ministério da Educação (MEC).

A partir dos anos 2000 a avaliação da educação superior ganhou consistência com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com a função de analisar as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes, por meio de um processo de avaliação determinado a partir da Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (Brasil, 2004). A criação do SINAES veio estabelecer uma avaliação do ensino superior no Brasil de uma forma mais homogênea ao avaliar todas as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas. Estas IES passaram a ser avaliadas a partir da promulgação da lei em três grandes eixos: o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), a Avaliação de Curso e a Avaliação da Instituição.

No contexto do SINAES, a Avaliação Institucional “deve ter, [...], um caráter educativo, de melhora e de autorregulação. Deve buscar compreender a cultura e a vida de cada instituição em suas múltiplas manifestações” (Brasil, 2009, p. 113). Menciona que “todos os dados essenciais e pertinentes e as apreciações e críticas devem ser consolidado sem relatórios, os quais, uma vez discutidos e aprovados pela comunidade [...]” (Brasil, 2009, p. 113). A Avaliação Institucional, no âmbito desse sistema, divide-se em duas modalidades: a autoavaliação, que é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA); e avaliação externa, que é realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

No que diz respeito a autoavaliação, as Comissão Próprias de Avaliação (CPAs) são

constituídas no âmbito de cada IES e tem por atribuição “a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP” (Brasil, 2004, p. 163). Alguns estudos apontam o trabalho das CPAs em seus diversos aspectos, desde sua organização institucional até a análise das percepções dos coordenadores de CPAs acerca da participação e da avaliação no processo de regulação requerido pelo SINAES. De modo geral, esses estudos traçam um panorama sobre as possibilidades, problemas e dificuldades de atuação das CPAs (Silva; Gomes, 2011).

Compreendemos que a avaliação institucional vai além de práticas avaliativas pontuais e fragmentadas, não se trata apenas de uma tarefa técnico-burocrática que é exigida por lei (Saul, 1990), tampouco se resume em medidas de punição ou premiação para os atores institucionais que fazem a Universidade. O objetivo da avaliação institucional é, portanto, o aperfeiçoamento das instituições, buscando, assim, a melhoria de qualidade da Universidade (Dias Sobrinho; Balzan, 1995), por meio da identificação dos fatores responsáveis pelo bom andamento e aqueles fatores responsáveis pelas dificuldades, visando sua superação (Belloni, 1999).

Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar a produção de conhecimento sobre Comissão Própria de Avaliação (CPA) publicada em periódicos científicos da área da educação, considerando o período de 2004 a 2020, ressaltando como as produções destacam a atuação da CPA nos processos internos de autoavaliação institucional. Nessa direção, este trabalho apresenta os resultados da pesquisa realizada, constando a exposição geral da pesquisa, do planejamento às suas conclusões, incluindo os procedimentos metodológicos empregados.

METODOLOGIA

Para se atingirem os objetivos traçados, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico. Considerando que, a pesquisa bibliográfica tem como fonte materiais já elaborados (Gil, 2008), sendo em nosso caso os artigos científicos que discutem o tema da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Segundo Fontana (2018, p. 66):

A pesquisa bibliográfica oferece o suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxilia na definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema e na elaboração do relatório final.

Partindo desse pressuposto, essa etapa da pesquisa foi fundamental para compreender como a produção científica destacou o papel da CPA nos processos de autoavaliação das IES brasileiras após a aprovação da Lei do SINAES em 2004. Assim, a metodologia da pesquisa bibliográfica foi desenvolvida obedecendo-se as seguintes etapas:

A primeira etapa se deu com o levantamento dos artigos nas bases no Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e no Portal Educ@ publicações online de educação da Fundação Carlos Chagas (FCC), sendo considerados como descritores de busca as palavras: CPA, Comissão Própria de Avaliação, e Autoavaliação Superior e Institucional. Foram encontrados 41 artigos nas bases SciELO e 41 no Portal Educ@, dos quais selecionamos 13 artigos que tratam especificamente do tema de interesse dessa pesquisa.

A segunda etapa consistiu na sistematização dos dados coletados no levantamento que foi realizada com a construção de indicadores das produções em tabelas Microsoft Excel, contendo ano de publicação, tipo de produção, local de publicação, base de dados em que foram encontrados, descritores de busca, autoria dos trabalhos, vínculo institucional, título do trabalho, palavras-chave da produção e a indicação das referências sobre Comissão Própria de Avaliação (CPA) que foram utilizadas pelos autores dos artigos analisados.

Na terceira etapa procedemos com a leitura e fichamento do material selecionado no levantamento bibliográfico. A ficha foi organizada em 7 seções, com o objetivo de filtrar informações como: identificação do texto, objetivo do artigo, metodologias e procedimentos da coleta de dados, resultados da pesquisa, informações que os autores dos artigos sobre a compreensão do que é a CPA, o papel da CPA e as dificuldades encontradas na atuação dessa Comissão.

A quarta etapa consistiu na análise e interpretação dos dados obtidos, quando foi possível selecionar e identificar qual o papel/atuação da CPA por meio dos estudos selecionados, recorrendo-se às discussões presentes nos artigos com destaque para os trechos mais significativos, os quais subsidiaram a sistematização dos resultados e a elaboração da discussão apresentada neste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quadro 1 apresenta os 13 artigos que trazem a temática das CPAs, evidenciando que essa produção se deu nos anos de 2005 a 2020. Podemos notar, que, nos anos de 2008 a 2011, houve uma maior ênfase na produção acadêmica sobre o tema. Sendo que, nos anos de 2012 a 2017, não se encontrou nenhum artigo que discutisse o tema em questão, conforme dados a seguir:

Quadro 1. A produção sobre CPA publicada em artigos científicos

Ano de publicação	Autoria	Título do artigo	Local de publicação
2005	José Luis T. Mota (UniniltonLins/UFAM)	Gestão Educacional: Avaliação Institucional como Estratégia de Planejamento Integrado	Revista Avaliação
2006	Lina Cardoso Nunes (UNESA)	As dimensões da auto- avaliação institucional: tecendo redes de redes	Revista Ensaio
2007	Rosana Augusto, Newton César Balzan (PUC- CAMPINAS)	A vez e a voz dos coordenadores das CPAS das IES de Campinas que integram os SINAES	Revista Avaliação
2008	Breno Pádua Brandão Carneiro, Ivan Luiz Novaes (UNEB)	As Comissões Próprias de Avaliação frente ao processo do Ensino Superior Privado	Revista Avaliação
2008	Denise Leite (UFRGS)	Ameaças Pós- Rankings Sobrevivência das CPAS e da Auto-avaliação	Revista Avaliação
2009	Maria do Carmo de Lacerda Peixoto (UFMG)	A Avaliação Institucional nas Universidades Federais e as Comissões Próprias de Avaliação	Revista Avaliação
2010	Neide Aparecida de Souza Lehfeld, Manoel Henrique Cintra Gabarra, Caetano da Costa, Yara Teresinha Correa Silva Sousa (UNAERP)	Reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação.	Revista Avaliação
2010	Ana Cristina Oliver (UFBA)	Avaliação institucional: uso de abordagens diversificadas de pesquisa	Estudos em Avaliação Educacional

2011	Mara Regina Lemes de Sordi (UNICAMP)	Comissão Própria de Avaliação (CPA): similaridades e dessemelhanças no uso da estratégia na educação superior e em escolas do ensino fundamental.	Revista Avaliação
2011	Assis Leão da Silva (UFPE), Alfredo Macedo Gomes (UFPE)	Avaliação institucional no contexto do SINAES: a CPA em questão.	Revista Avaliação
2018	Rosângela Nunes Almeida de Castro, Eula Maria Melo Barcelos Costa, Everton Wirbitzki da Silveira, Aretuza Alves Marcório (UFG)	Integração de processos avaliativos em uma instituição de ensino superior brasileira.	Revista Avaliação
2020	Saulo Rodrigo Alves de Souza (UFPE), Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra (UFPB)	Autoavaliação institucional da Universidade Federal da Paraíba: diagnóstico a partir da Comissão Própria de Avaliação	Revista Diálogo Educacional
2020	Liária Nunes Silva, Alan Malacarne, Ricardo Fontes Macêdo, Robelius De-Bortoli (IFPI, UFS)	A incidência dos ativos intangíveis nas instituições de ensino superior: uma análise em documentações oficiais	Revista Avaliação

Fonte: O autor (2021)

Observa-se no quadro, que os autores são diversos e não se repetem, assim como as vinculações desses autores se localizam em diferentes regiões geográficas do Brasil. Quanto às revistas, nota-se que dos 13 artigos, 9 foram publicados na Revista Avaliação, editada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pela Universidade de Sorocaba (UNISO), essa revista foi criada em 1996 por um grupo de professores que participaram das discussões sobre o PAIUB no início dos anos 1990. A revista reúne em seu corpo editorial os professores José Dias Sobrinho (Unicamp/UNISO), Dilvo Ristoff (UFSC), Denise Leite (UFRGS), entre outros pesquisadores envolvidos com a discussão da avaliação da educação superior no Brasil. A Revista Avaliação é qualificada como um periódico A1 pelo Qualis/CAPES.

Quanto aos autores de referência que tratam especificamente do tema CPA e que foram citados nos estudos, observa-se a referência aos estudos de Denise Leite (2008) com seu trabalho “Ameaças Pós- Rankings Sobrevivência das CPAS e da Auto-avaliação” e Maria

do Carmo de Lacerda Peixoto (2009) com seu estudo “A Avaliação Institucional nas Universidades Federais e as Comissões Próprias de Avaliação”. Além dessas autoras, também destaca-se o estudo de Rosana Augusto e Newton Cesar Balzan (2007), com seu trabalho intitulado “A vez e a voz dos coordenadores das CPAS das IES de Campinas que integram os SINAES”.

A respeito do tratamento do papel da CPA nos processos de autoavaliação, Mota (2005) apresenta a experiência do Centro Universitário Nilton Lins na implantação de seu sistema de avaliação, especificamente quanto ao processo de operacionalização de sua Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA). O autor destaca como seu deu o funcionamento do modelo operacional da CPA, mas sua ênfase recai principalmente no olhar da gestão educacional sobre os processos avaliativos de um modo geral, não colocando em foco aspectos legais da temática aqui em desenvolvimento.

Nunes (2006) examina a atuação da CPA considerando as dez dimensões do SINAES. A autora afirma que esta “tem buscado atuar com o corpo social da universidade, principalmente nos seguintes aspectos: (a) orientação do processo avaliativo, tentando um “trabalho participativo”, no contexto do empowerment e (b) fornecimento de “subsídios para o ajuste de ações acadêmico-administrativas”, na perspectiva de organizar acompanhar a prestação de informações solicitadas pelo INEP”. (BRASIL, 2005, apud NUNES, 2006, p. 342).

Carneiro e Novaes (2008, p. 730) analisam o trabalho das Comissões Próprias de Avaliação das Instituições de Ensino Superior privadas de Salvador-Bahia. No estudo os autores apontam que em relação à autonomia “entre a CPA e o MEC, verifica-se que um percentual alto, 51%, se colocou de forma indecisa, enquanto 37% concordaram que a Comissão atua de forma autônoma e 12% discordam.”. A partir dos dados obtidos, os autores inferem que os coordenadores de CPA percebem que há pouca autonomia da atuação da Comissão em relação ao MEC.

Leite (2008, p. 835-836) aponta que cabe a CPA a tarefa fundamental de “coordenar e articular o processo interno de avaliação da instituição; sistematizar e disponibilizar informações bem como sensibilizar a comunidade para a sua participação.” Além do mais, a autora afirma que conforme a lei, a auto-avaliação conduzida pela CPA, tem como objetivo produzir conhecimentos, apresentar os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar causas de possíveis problemas e deficiências,

fortalecer relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar efetivo o vínculo da instituição com a comunidade, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo.

Augusto e Balzan (2007) analisam o trabalho das CPAs das Instituições de Ensino Superior de Campinas que integram o SINAES a partir da visão do coordenador responsável e dos demais membros da comissão que coordenam o processo de autoavaliação institucional nessas instituições. Os estudiosos pontuam que a autoavaliação realizada pela CPA é conduzida de acordo com as “Diretrizes para a Avaliação das instituições de Educação Superior” e pelo “Roteiro de auto-avaliação institucional”, da CONAES. Esses documentos estabelecem que os trabalhos de auto-avaliação das CPAS devem ser realizados em três etapas: preparação; desenvolvimento e consolidação, as quais são sub-divididas em fases”. (CONAES, 2004 apud AUGUSTO; BALZAN, 2007, p. 610).

Peixoto (2009) apresenta as possibilidades que a avaliação institucional, como um instrumento para a formulação de políticas que visam o aprimoramento da gestão, oferece para as universidades federais. A autora aponta que a Comissão Própria de Avaliação é responsável “pela condução dos processos internos de avaliação e pela sistematização e prestação de informações aos órgãos do sistema.” Ainda mais, a pesquisadora afirma que o artigo 11 da Lei Nº. 10.861/04 “estabelece que a composição dessa comissão deva contemplar todos os segmentos da comunidade acadêmica bem como membros da sociedade civil organizada, deixando a critério dos órgãos colegiados superiores das instituições a definição do modo de organização, quantidade de membros e dinâmica de funcionamento”, considerando dessa forma, as características das Instituições de Ensino Superior, suas dimensões e a existência de experiências anteriores de avaliação (Peixoto, 2009, p. 14).

Oliver (2010) descreve as várias abordagens de pesquisa utilizadas na autoavaliação de uma instituição de ensino superior particular e pontua que a autoavaliação interna conduzida pela CPA, é responsável pela “condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep”. E que o papel das CPAs se faz crucial na elaboração e no desenvolvimento de uma proposta de autoavaliação, em consonância com a comunidade acadêmica e os conselhos superiores da instituição”. (Brasil, 2004 Apud Oliver, 2010, p. 18).

Lehfeld, Gabarra e Costa (2010, p.187) discorrem sobre a experiência de docentes

que compõem a Comissão Própria de Avaliação de uma Universidade privada do estado de São Paulo, os autores afirmam que “a CPA elaborou o relatório final consolidando todas as informações obtidas nas análises parciais realizadas: análise documental, grupo focal, respostas abertas e respostas objetivas ao questionário, avaliação pelos usuários dos serviços da IES.”

Silva e Gomes (2011) analisam as atividades desenvolvidas pela CPA com o objetivo de problematizar a dinâmica de implementação do SINAES considerando o processo de avaliação interna. Diante disso, os autores pontuam que os trabalhos desenvolvidos pela CPA devem incluir o processo de planejamento, coordenação, elaboração do projeto de autoavaliação, definição de objetivos, metodologias, estratégias, recursos necessários e o cronograma de ações. Além disso, os pesquisadores afirmam que “a CPA é responsável por realizar relatórios parciais e finais da avaliação interna, submetê-los às comissões externas de avaliação no sentido de completar o ciclo avaliativo sistêmico – avaliação interna, avaliação externa e meta-avaliação.” (Brasil, 2004 apud Silva; Gomes, 2011, p. 581-582).

Sordi (2011) buscou refletir sobre os significados das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) criadas como estratégia possibilitadora de processos de avaliação institucional participativa, a autora confirma a importância da CPA como instância que promove o encontro dos atores sociais nos espaços coletivos para buscarem o aprimoramento da qualidade de ensino de forma organizada e plural. Além disso, a pesquisadora aponta que as IES tinham parâmetros que norteavam os trabalhos das CPAs, porém nada impedia que estas, a depender do nível de auto-organização e de politização existente e da maneira como pensada sua inserção da vida institucional, pudessem planejar estratégias de ação visando extrair da avaliação seus melhores usos pedagógicos e políticos. (Sordi, 2011, p. 605-606).

Castro, Costa, Silveira e Marcório (2018, p. 71) tratam da CPA da Universidade Federal de Goiás, os estudiosos afirmam que a CPA, quando apresentada como responsável pela avaliação institucional seguida de seus processos e mecanismos avaliativos, “procura retratar a evolução da instituição nos seus diversos aspectos, sejam eles humanos, estruturais e financeiros.” Outro aspecto levantado pelos autores é que na interlocução com o Inep/MEC, a CPA subsidia a outras comissões com informações necessárias às avaliações de cursos e atua coletando impressões e considerações que realimentam o processo de autoavaliação da instituição.

Silva, Malacarne e Macêdo (2020) observam o grau de importância que as

Instituições de Ensino Superior dedicam nos relatórios das Comissões Próprias de Avaliação aos fatores classificados como ativos intangíveis. Os autores apontam que a CPA “se constitui em uma ferramenta que deveria preocupar-se muito mais com os ativos intangíveis do que com os tangíveis, pois eles são considerados recursos estratégicos ‘ocultos’, como uma ‘grandeza abstrata’ ou ‘produto virtual’.” Portanto, eles defendem que a identificação e a avaliação de seus efeitos é algo que merece ser abordado ou contemplado nos modelos de gestão ou de avaliação do desempenho das Instituições de Ensino Superior. (Malacarne; Macêdo, 2020, p. 75).

Souza e Guerra (2020) analisam os cinco últimos Relatórios de Autoavaliação Institucional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição, tendo por referencial o Instrumento de Avaliação Institucional (IAIE) de 2017, os estudiosos apontam que a avaliação interna conduzida pela CPA pode ser realizada de modo parcial, contudo a cada triênio a CPA da IES devem elaborar um relatório que apresente as informações e contemple, integralmente, os eixos e dimensões estabelecidas pelo SINAES, além disso, cabe a CPA também fornecer a sistematização das informações ao INEP, quando solicitada (Souza; Guerra 2020, p. 423).

Os trabalhos destacam que a CPA se constitui em instância central na condução da autoavaliação institucional, assumindo papéis de coordenação, sistematização de informações, elaboração de relatórios parciais e finais e prestação de contas ao INEP/MEC. Sua atuação envolve tanto aspectos técnicos – como planejamento, definição de metodologias, acompanhamento de processos e organização de dados – quanto dimensões políticas e pedagógicas, ao buscar a participação da comunidade acadêmica, fortalecer vínculos institucionais e fomentar a melhoria da qualidade do ensino. Os estudos ressaltam ainda tensões quanto à autonomia em relação ao MEC, a importância de contemplar dimensões intangíveis da gestão universitária e a necessidade de alinhar os trabalhos às diretrizes e instrumentos oficiais do SINAES, sem perder de vista a possibilidade de usos críticos e emancipatórios da avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que a produção científica acerca das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), publicada em periódicos da área da Educação entre 2004 e

2020, tem destacado a relevância dessas instâncias no processo de autoavaliação institucional das Instituições de Educação Superior brasileiras (IES).

As análises realizadas demonstram que a CPA não apenas cumpre um papel técnico de organização e sistematização de dados, mas também assume funções políticas e pedagógicas, ao articular a participação da comunidade acadêmica, fortalecer vínculos institucionais e fomentar práticas avaliativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

Os artigos selecionados apontam que a atuação da CPA é atravessada por tensões relacionadas à autonomia frente ao MEC e à necessidade de alinhar suas práticas às diretrizes do SINAES, sem perder de vista o caráter formativo e emancipatório da avaliação. Ademais, evidenciou-se a importância de contemplar dimensões intangíveis da vida universitária, como a cultura institucional e os ativos simbólicos e humanos, que muitas vezes não se reduzem a indicadores quantitativos.

Em síntese, a CPA deve ser compreendida como um espaço estratégico para a consolidação da cultura avaliativa nas IES, capaz de articular dimensões técnicas, políticas e pedagógicas em um processo contínuo e democrático. O fortalecimento dessas comissões, bem como o aprofundamento dos estudos sobre suas práticas, mostra-se fundamental para que a avaliação institucional cumpra sua função maior de promover a qualidade, a transparência e a responsabilidade social da educação superior brasileira.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Rosana; BALZAN, Newton Cesar. A vez e a voz dos coordenadores das CPAS das IES de Campinas que integram o SINAES. **Avaliação**, Campinas, v. 12, n. 4, 2007.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Diário Oficial da União**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superi>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. Ministério de Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 5. ed. Brasília: INEP, 2009.

BELLONI, Isaura. Avaliação Institucional: um instrumento de democratização da educação. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 5, n. 9, p. 31-58, jul./dez. 1999.

CARNEIRO, Breno Pádua Brandão; NOVAES, Ivan Luiz. As Comissões Próprias de Avaliação frente ao Processo de Regulação do Ensino Superior Privado. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 713-732, nov. 2008.

CASTRO, Rosângela Nunes Almeida de; COSTA, Eula Maria Melo Barcelos; SILVEIRA, Everton Wirbitzki da; MARCÓRIO, Alves Aretuza. Integração de processos avaliativos em uma instituição de ensino superior brasileira. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 1, p. 58-74, mar. 2018.

DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César. Introdução. In: BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José (Orgs.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 7-13.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao Sinaes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

FONTANA, Felipe. Técnicas de pesquisa. In: MAZUCATO, Thiago (Org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis, SP: FUNEPE, 2018. p. 59-78.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, Denise. **Reformas Universitárias: Avaliação Institucional Participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005. LEITE, Denise. Ameaças pós rankings: Sobrevivência das CPAs e da Auto-avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 833-840, nov. 2008.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza; GABARRA, Manoel Henrique Cintra; COSTA, Caetano da; SOUSA, Yara Teresinha Correa Silva. Reflexões sobre o processo de Autoavaliação Institucional: o olhar de uma Comissão Própria de Avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 177-194, mar. 2010. MOTA, José Luiz Torres. Gestão Educacional: Avaliação Institucional como Estratégia de Planejamento Integrado. **Avaliação**, Campinas, vol.10, n.03, p.85-92., set., 2005.

NUNES, Lina Cardoso. As dimensões da auto-avaliação institucional: tecendo redes de redes. **Ensaio, aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.52, p. 339-348, jul./set. 2006.

OLIVER, Ana Cristina. Avaliação Institucional: uso de abordagens diversificadas de pesquisa. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 13-32, jan./abr. 2010.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. A Avaliação Institucional nas Universidades Federais e as Comissões Próprias de Avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 9-28, mar. 2009.

SAUL, Ana Maria. Avaliação da Universidade: Buscando uma Alternativa Democrática. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 1, p. 17-19, 1990.

SILVA, Assis Leão da; GOMES, Alfredo Macedo. Avaliação institucional no contexto do SINAES: a CPA em questão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 3, p. 573-601, nov. 2011.

SILVA, Nunes Liária; MALACARNE, Alan; MACÊDO, Ricardo Fontes; DE-BERTOLI, Robelius. A incidência dos ativos intangíveis nas instituições de ensino superior: uma análise em documentações oficiais. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 73-88, mar. 2020.

SOUZA, Saulo Rodrigues A. de; GUERRA, Mari das Graças G. V. Autoavaliação institucional da Universidade Federal da Paraíba: diagnóstico a partir da Comissão Própria de Avaliação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 20, n. 64, p. 405-433, jan./mar. 2020.

SORDI, Mara Regina Lemes de. Comissão Própria de Avaliação (CPA): similaridade e dessemelhanças no uso da estratégia na Educação Superior e em escolas do Ensino Fundamental. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 3, p. 603-617, nov. 2011.



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO